

**Autor:**

Miguel Rodrigues

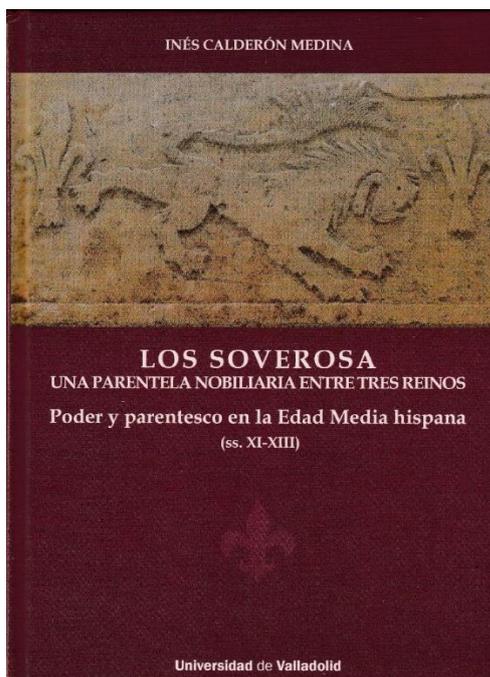
[mhmrodrigues@gmail.com](mailto:mhmrodrigues@gmail.com)

**Título:**

Inés Calderon Medina, *Los Soverosa. Una parentela nobiliaria entre tres reinos: poder y parentesco en la Edad Media hispana (ss. XI-XIII)*

**Como citar esta apresentação:**

Miguel Rodrigues, «Recensão crítica a Inés Calderon Medina, *Los Soverosa. Una parentela nobiliaria entre tres reinos: poder y parentesco en la Edad Media hispana (ss. XI-XIII)*», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 3, 2018, pp. 141-150.  
DOI: 10.21747/21839301/gua3r2



**Inés Calderon Medina,**  
***Los Soverosa. Una parentela nobiliaria entre tres reinos: poder y parentesco en la Edad Media hispana (ss. XI-XIII),***  
**Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid, 2018, (284 págs. ISBN: 978-84-8448-967-2)<sup>1</sup>**

A obra em apreço é, pela temática a que se circunscreve, de grande relevo para o conhecimento da aristocracia medieval hispânica. Em primeiro lugar, no que diz respeito às famílias nobres medievais portuguesas ou mesmo apenas radicadas em Portugal, é das primeiras monografias que dedicam todas as suas páginas ao estudo de apenas um grupo familiar, não esquecendo, como é óbvio, o excelente estudo monográfico que ao longo de mais de duas décadas vem sendo dedicado aos de Briteiros<sup>2</sup>. Ainda remetendo para o título, chama-se de imediato a atenção para o facto de o percurso (e também, por consequência, o património) desta família se ter espraído pelos três reinos da Hispânia ocidental: Portugal, Leão e Castela. Esta multiplicidade de lugares parece perspetivar desde logo uma análise do contexto espaço-social destes três reinos, e a

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

<sup>2</sup> Os autores dividiram o estudo da família de Briteiros em cinco artigos: para os três primeiros cf. Leontina Ventura & António Resende de Oliveira (1995), «Os Briteiros (séculos XII-XIV): trajetória social e política», *Revista Portuguesa de História*, 30, pp. 71-102; *idem* (1996), «Os Briteiros (séculos XII-XIV): 2. Estratégias familiares e património», *Revista Portuguesa de História*, nº 31, vol. 2, pp. 65-102; *idem* (2001), «Os Briteiros (séculos XII-XIV): 3. imagens literárias», *Revista Portuguesa de História*, 35, pp. 143-170. Para a quarta parte, cf. *idem* (2003), «Os Briteiros (séculos XII-XIV): 4. Produção trovadoresca», in Fonseca, Luís Adão da/Amaral, Luís Carlos/Santos, Maria Fernanda Ferreira (coord.), *Os reinos ibéricos na Idade Média - Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. 1, Porto, Ed. Civilização, pp. 763-777. O quinto artigo é publicado no presente número da *Guarecer*.

forma como esta família soube aproveitar as sempre voláteis relações entre monarquia e nobreza.

Designado desde o século XIII por “Soverosa”, embora, e como bem salienta a autora, nenhum dos seus membros se tenha nomeado como tal, o grupo familiar sobre o qual que incide a obra pertenceu muito provavelmente à média-alta nobreza, tendo surgido na corte portuguesa no segundo quartel do século XII, na pessoa de Fernão Peres dito *Cativo*, cuja ascendência tem vindo a ser motivo de aceso debate, e que, segundo a autora, foi um dos principais motivadores da investigação que culminou no estudo em análise. O nome adviria da honra homónima, herdada por via matrimonial da abastada família de Sousa, que à época da doação provavelmente era já detentora dos mais importantes cargos da cúria portuguesa.

O facto de, como se referiu, a família ter um percurso que abrangeu três reinos levou a autora, de forma inteligente e eficaz, a servir-se e a cruzar sistematicamente fontes portuguesas, galegas, leonesas e castelhanas, o que aportou uma nova e muito mais interessante perspetiva sobre a família, demonstrando, uma vez mais, as vantagens de um estudo plurinacional em casos análogos. Além da documentação pontual de corte e das crónicas, há um especial e meritório cuidado no tratamento das referências aos livros de linhagens, nos quais a referência aos Soverosa como um tronco feminino dos Sousa poderia não se ter ficado a dever única e exclusivamente a um desconhecimento dos antepassados de Fernão Peres Cativo, nome que, como a autora refere, nem sequer é consensual nestas fontes.

Com um prólogo que reafirma o teor inovador da obra, e uma introdução reservada a um estado da arte da temática e das metodologias utilizadas até ao presente em casos análogos, o estudo subdivide-se em seis capítulos, todos eles bem delimitados e com áreas de enfoque bastante específicas.

No primeiro capítulo, «El origen de los Soverosa», a autora começa por abordar um ponto que é provavelmente o mais sensível do estudo: a origem do grupo familiar, dito “de Soverosa”. O estudo é encabeçado por uma citação de uma monografia obrigatória para qualquer investigação sobre nobreza medieval portuguesa, de um autor igualmente indispensável: José Mattoso<sup>3</sup>. Mas a referida citação virá a provar-se imprecisa, como se verá num outro ponto desta análise.

O foco deste capítulo é, partindo do mencionado Fernão Peres *Cativo*, uma tentativa de esboçar uma ascendência paterna deste grupo familiar. Começando pelo desenho da biografia daquela personalidade, a autora tenta desmistificar o debate acerca de Fernão Peres Furtado, filho bastardo da rainha Urraca I de Leão e Castela e de Pedro Gonçalves de Lara, que prova não ser, como creram vários historiadores, a mesma pessoa que o *Cativo*, demonstrando claramente a presença simultânea de ambos os

---

<sup>3</sup> José Mattoso (1985), *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa, Editorial Estampa.

Fernãos em documentação portuguesa. Da biografia do *Cativo* ressalta-se a semelhança de carreira na corte de Afonso Henriques com os de Ribadouro, sendo um dos poucos aristocratas que acompanham o monarca na sua mudança para Coimbra (1131), prometendo uma carreira familiar semelhante à ribaduriense. Contudo, a sua procura de novas oportunidades nos reinos vizinhos, mal sentiu a sua influência enfraquecer, deitou por terra um percurso de fidelidade à coroa portuguesa que poderia ter sido brilhante, como o foi o daquela linhagem.

Seguidamente, explora outros *Cativos* mencionados em documentação galego-leonesa, que conclui tratar-se de irmãos de Fernão Peres, pois partilhavam o epíteto e patronímico e encontravam-se juntos em documentação senhorial. Desta semelhança provém a exploração dos antepassados destes misteriosos *Cativos*, com origem na região de O Bierzo e que remontam ao século XI, apontando-se Fronilde Fernandes, proveniente da influente família galega dos Muñoz, como avó paterna dos irmãos *Cativo*.

Neste capítulo, a autora poderia ter aproveitado um pouco mais a incerteza dos livros de linhagens portuguesas sobre a incongruência da pessoa de Fernão Peres, conhecido como Fernão Gomes pelo *Livro do Deão*, e associado aos Travas no *Livro Velho*. Poderia ter-se colocado a questão retórica: *Porquê os Travas?* Em algumas versões encontra-se a famosa família “das Astúrias”, que a própria autora reconhece tratar-se de um mecanismo de preenchimento de lacunas que a memória dos contemporâneos destas fontes já não alcançava. Por que não se utilizou esta ferramenta, patente no caso da terceira mulher de Gonçalo Mendes I de Sousa (sistematicamente referida como “asturiana” sem se lhe conhecer a ascendência) no caso dos Soverosas? Seria a ingerência da genealogia dos Travas na ascendência agnática da família de Soverosa assim tão inocente? Poderia ter alguma relação com a competição literária de poder que se desenrolava entre a segunda metade do séc. XIII e a primeira do séc. XIV?

O segundo capítulo, «Los hijos de Fernando Pérez Captivo», esboça as biografias de dois filhos conhecidos de Fernão Peres *Cativo*: o primeiro é Rodrigo Fernandes, irmão do célebre Vasco Fernandes *Cativo*, bastante presente na documentação galego-leonesa e com posses fora da esfera de influência familiar, perante o que a autora sugere a hipótese de não ter sido irmão inteiro de Vasco, e que Fernão Peres poderia ter mantido relação com duas mulheres diferentes; o segundo é Vasco Fernandes, filho de Fernão Peres *Cativo* que, como o pai, veio a fazer carreira dupla em Portugal e em Leão, e que foi o portador da honra de Soverosa, pela aliança com a família de Sousa, que se manteria até ao final do reinado de Sancho I.

Ao longo do terceiro e quarto capítulos, respetivamente «Los hijos de Vasco Fernández, “O Cativo”, en la corte de Sancho I y Alfonso II de Portugal» e «Los partidarios de Sancho II de Portugal en la corte de Alfonso X», relevam, como os títulos indicam, as biografias dos filhos e netos de Vasco Fernandes de Soverosa. Além disto, estes indicam um outro facto: os Soverosas, ou pelo menos os chefes da família, estiveram sempre

envolvidos nos mais importantes conflitos do Portugal da primeira metade do século XIII, sendo cada um de especial importância para as fações que escolheram apoiar: o testamento de Sancho I que colocou Afonso II contra as suas irmãs (as infantas Teresa, Sancha e Mafalda), e a guerra de 1245-47, entre Sancho II e Afonso III de Portugal, filhos de Afonso II. O primeiro marcou a separação entre Gil Vasques de Soverosa e a família materna, os Sousas, uma vez que Gil escolheu apoiar o novo monarca, Afonso II, contra as infantas, defendidas pelo seu primo Gonçalo Mendes II de Sousa. A posição de Gil Vasques viria a ser imitada por uma boa parte da aristocracia portuguesa, ressaltando a autora que os membros desta fação vieram a ser os mesmos que, mais tarde, apoiaram inicialmente Sancho II contra o seu irmão. Neste segundo conflito, a família deteve um papel de ainda maior relevo, pois o chefe de família, Martim Gil, filho do supracitado Gil Vasques, era o braço direito de Sancho II, e portanto a sobrevivência dos Soverosas em Portugal estava mais diretamente dependente da vitória do rei do que qualquer outro grupo familiar. De facto, a grande influência de Martim Gil como valido tornou as consequências da derrota do rei ainda mais pesadas para a família. Com exceção da meia-irmã, Dordia Gil, que se refugiou no mosteiro de Arouca, todos os membros da família saíram em busca de abrigo em Castela, onde alguns deles viriam a participar nas importantes tomadas de Jaén (1246) e Sevilha (1248), junto a outros aristocratas portugueses.

Este êxodo não teria tido o sucesso que teve, segundo a autora, se não fossem os três, politicamente muito bem pensados, matrimónios de Gil Vasques de Soverosa, e também aqueles que delineou para os seus filhos. De facto, mais que nos capítulos anteriores, a importância da aliança matrimonial está patente nos destinos dos membros da família: a aliança de Martim Gil aos Castros galegos e de Teresa Gil ao próprio rei de Leão, Afonso IX, conferiram aos Soverosas um importante papel na corte leonesa do primeiro quartel do século XIII. Em meados deste século, os exilados da guerra civil conseguiram, graças à designada rede de solidariedade familiar, que unia Soverosa, Girón e Haro, encontrar abrigo e fazer a sua carreira ascender na corte castelhana. O mesmo aconteceu em Portugal com as uniões com os Riba de Vizela, que permitiram não só reforçar alianças dentro da fação de Sancho II de Portugal, como, mais tarde, foram fundamentais para uma nova ascensão na corte do novo rei português.

A partir do terceiro quartel do século XIII, com a venda sucessiva, por vários membros da família, de património que detinham em Portugal a Martim Anes de Soverosa, verifica-se que a família apostava claramente na ascensão do seu último membro varão, Martim Anes de Soverosa, filho do supracitado João Gil, na corte portuguesa, onde tinha também o valioso apoio da rainha Beatriz de Castela, descendente dos Girón por via materna.

A autora destaca também o papel de outros membros de menor relevância política, mas de igual importância, que escolheram desempenhar outro tipo de papéis na sociedade, como o cultural, em Vasco Gil de Soverosa, ou o fundiário, mais patente,

surpreendentemente, em várias mulheres da família: a tia paterna de Vasco, Alda Vasques, a partir do Mosteiro de Santo Tirso, onde escolheu professar; e as irmãs deste, Teresa e Dordia. Teresa Gil, como barregã do rei de Leão, detinha um importante poder neste reino, e geria, com pulso firme, as posses herdadas da mãe em solo português e as que ganhou em terras leonesas; Dordia Gil, por outro lado, ficou para trás no momento do exílio da família, pelo que se encarregou da gestão dos bens então detidos em Portugal pelos seus irmãos.

No seu geral, as biografias são bem trabalhadas por forma a não serem demasiado exaustivas, mas conseguindo simultaneamente conter em si todos os dados, ou pelo menos os mais importantes, relativos aos membros deste grupo familiar. Existem, no entanto, dois aspetos principais a ressaltar.

Em primeiro lugar, a menção frequente a propriedades e lugares espalhados pelos três reinos nas biografias poderia ser mais bem aproveitada se tivesse sido utilizado o recurso da cartografia, pois, graças a um processo de sintetização gráfica dos dados apresentados, seria possível localizar mais facilmente os lugares referidos e analisar a verdadeira amplitude do poder e influência dos membros desta família. Seria uma ferramenta que enriqueceria o trabalho de forma inegável.

Em segundo lugar, encontraram-se alguns pequenos lapsos, que se julgou relevante mencionar: na página 92, referente à biografia de Alda e Urraca Vasques de Soverosa, irmãs de Gil Vasques I, transcreve-se um epitáfio que se diz ser dedicado às duas irmãs, mas esta informação está, na verdade, incorreta: o texto transcrito faz referência a Alda Vasques de Soverosa, falecida em “MILLE DUCENTIS LXX<sup>a</sup> TRIBUS”, isto é, era de 1263, ano de Cristo de 1235, e a uma Dona Urraca, falecida em “MILLE DUCENTUM SIMUL LXXX<sup>a</sup> MAGIS SEX”, ou seja, era de 1286, ano de Cristo de 1248. Esta não é, portanto, Urraca Vasques de Soverosa, falecida em 1219. Esta é, na verdade, Urraca Ermiges de Ribadouro, sobrinha-neta do célebre Egas Moniz, o Aio, que foi sepultada em conjunto com Alda Vasques. A irmã de Alda está de facto sepultada no mesmo Mosteiro, mas separada da sua irmã. Transcreve-se abaixo a epígrafe de Urraca Vasques:

E(ra) . M . CC . 2 . VII . VI . X  
K(a)L(endas) . IUNII . Ob(iit) . DOMNA  
ORRACA . VELASCI  
NOBILIS . FEMINA  
CUIUS . IN PACE  
REQ(u)IESCAT (anima)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Cf. Francisco Carvalho Correia (2008), *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588: A silhueta de uma entidade projetada no chão de uma história milenária*, Tese de doutoramento, Santiago de Compostela, Faculdade de Xeografía e História - Universidade de Santiago de Compostela.

Na página 94, encontra-se justificado que Martim Vasques de Soverosa, mencionado como irmão mais velho de Gil Vasques I de Soverosa, é o primogénito de Vasco Fernandes, porque é o que surge primeiro na corte. A investigação sobre a nobreza tem revelado que nem sempre acontecia desta forma: um filho aparecer mais cedo na corte com cargos não significa que fosse necessariamente o mais velho. Embora tal não seja consensual, no caso da família de Baião, Fernão Lopes é o que surge primeiro na corte e não parece ser o primogénito, pois não casou, ao contrário dos seus irmãos<sup>5</sup>.

Na página 98, a autora refere que a relação entre Sancho I de Portugal e Maria Aires de Fornelos é posterior à morte da rainha, avançando ainda que terá começado após 1199. Este facto é impossível, pois como poderia o infante Martim Sanches, filho de Maria Aires, contestar o governo do seu meio-irmão Afonso II com apenas dez anos de idade (1211)? A própria cronologia deste infante demonstra que as relações concubinárias deste monarca teriam de ter começado em vida da rainha<sup>6</sup>.

Ao longo destes dois capítulos, a autora, por lapso, confunde dois Gonçalos Mendes de Sousa, de gerações distintas; é bem provável que o Gonçalo Mendes de Sousa que acolhe Gil Vasques I de Soverosa e os seus irmãos seja o I. Contudo, este não sobrevive a Afonso Henriques, falecendo provavelmente no final da década de 70 do século XII. Isto leva a que o Gonçalo Mendes que surge a partir da década de 90, que se prolonga pela guerra testamentária de Afonso II de Portugal, e que continua a ser tratado como avô de Gil Vasques, seja já, na verdade, o seu primo direito, portanto Gonçalo Mendes II, neto do I, que faleceu em 1243<sup>7</sup>.

Na mesma lógica, Mem Gonçalves de Sousa, referido na página 81, é o I, o alferes e depois mordomo-mor de Portugal, no tempo de Afonso Henriques e Sancho I de Portugal. No entanto, aquele que é referido na página 116 como testemunha do acordo entre Sancho II e as tias em 1223, e como pai de Rodrigo e Vasco Mendes não é o I, mas sim o II, sobrinho destes, filho de Gonçalo Mendes II, que viria a falecer antes do pai, em 1231<sup>8</sup>.

Por fim, na página 131, a dada altura, menciona-se Pedro Fernandes de Castro como sogro de Martim Gil de Soverosa, provavelmente uma confusão com o infante Martim Sanches de Portugal, meio-irmão de Martim Gil de Soverosa, e, esse sim, genro de Pedro Fernandes de Castro, pois era o esposo da sua filha Elo Peres.

O quinto capítulo, «“Fili regis”. Los Soverosa y la sangre real», aborda uma faceta diferente da família. Relatam-se as biografias dos filhos naturais de Teresa Gil de Soverosa e Afonso IX de Leão (Martim, Maria, Sancha e Urraca Afonso), os quais a

---

<sup>5</sup> José Augusto Sottomayor-Pizarro (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. I, Porto, Universidade do Porto.

<sup>6</sup> Segundo Carolina Michaelis de Vasconcelos: «(...) *O leitor conhece duas das barreganas, por ele introduzidas no tálamo régio, em vida de dona Dulce de Aragão*». Cf. Correia (2008), *O Mosteiro de Santo Tirso...*

<sup>7</sup> Sottomayor-Pizarro (1997), *Linhagens Medievais...*

<sup>8</sup> Baltasar dos Reis (1934), *Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

própria autora, numa perspetiva de agrupamento cognático do grupo familiar, designa “de Soverosa”, ressaltando a importância da linha feminina nesta família. As biografias destes filhos, que, como sublinha a autora, foram posterior e erradamente designados «infantes», mostram que mesmo naturalmente diferentes dos seus primos, por serem portadores de sangue real, estes, afastados da corte pelo seu meio-irmão, Fernando III de Leão e Castela, acabaram por manter uma proximidade muito maior, numa primeira fase, com esta família materna, com quem confirmam documentos e a quem doam algumas das propriedades residuais maternas sitas em Portugal, dado que a maior parte das doações deste grupo se destinou à Ordem de Santiago, que apoiava.

A aproximação ao sobrinho, o infante Afonso (futuro Afonso X de Leão e Castela), encarnada na relação deste com uma das tias, Maria Afonso, de quem teria Berenguela Afonso “de Soverosa”, acabou por revelar-se vital para a aproximação e ascensão do grupo dito “ramo leonês dos Soverosas” na corte alfonsina. Posteriormente este terá sido também um dos fatores que possibilitaram o bom acolhimento dos Soverosas portugueses que procuraram refúgio na sequência da derrota na guerra civil entre Sancho II de Portugal e o seu irmão, o conde Afonso de Bolonha.

No sexto capítulo, «Creación de la imagen, conciencia y memoria familiar», a autora analisa as várias formas de identidade social que os Soverosas utilizaram: a antroponímia, as genealogias, a heráldica e o lugar onde foram sepultados.

Cada família nobre detinha o seu conjunto antroponímico que utilizava na nomeação dos seus membros, para que, quando assim nomeados, fossem desde logo identificados como parte de um determinado grupo familiar: foi assim, por exemplo, com Monio e Egas nos de Ribadouro, ou Mem e Gonçalo nos Sousas, entre outros. No caso dos Soverosa, nomes como Gil ou Vasco demonstravam a pertença à família, pois eram mais comumente utilizados dentro da mesma. No entanto, este conjunto estava em constante evolução a cada nova geração, pois cada esposa que entrava na família poderia trazer também o conjunto antroponímico da sua família, trazendo novos nomes que podiam permanecer ou simplesmente voltar a desaparecer na geração seguinte.

As genealogias foram talvez um dos meios mais eficazes na formação deste grupo familiar, agrupando-os sob o nome de “Soverosa”, pela honra que Vasco Fernandes trouxe para a família por via matrimonial. Desde o *Livro Velho*, o mais antigo livro de linhagens português, que a família é associada a este apelido, embora nenhum dos membros o tenha alguma vez utilizado. A autora deixa de lado, no entanto, uma análise aos propósitos e ambições que poderiam ter influído em alguma associação genealógica da família a outras de maior relevo.

A heráldica, que, segundo a autora, terá sido introduzida na Península Ibérica nos meados do século XII, mas mais comumente utilizada a partir da segunda metade do século XIII, foi um outro elemento fundamental de identidade dos Soverosas, cujas armas eram cinco flores-de-lis. Foi o uso, por descendentes desta família, deste padrão em parte das suas armas pessoais que lhes permitiu a integração neste grupo familiar. Os padrões são mais frequentemente representados na sigilografia e nas sepulturas. No

primeiro caso, existem testemunhos do seu uso pelos filhos naturais de Teresa Gil de Soverosa, por João Afonso de Albuquerque, primeiro conde de Barcelos (filho de Teresa Martins de Soverosa), por Constança Gil de Riba de Vizela (esposa de João Gil de Soverosa) e pelo seu filho, Martim Anes de Soverosa. O uso do selo com estas armas por Martim Anes demonstra que a família, já perto da extinção, chegou a utilizar este método de agregação familiar.

Nas sepulturas encontram-se padrões heráldicos semelhantes: o referido João Afonso faz representar uma vez mais as armas dos Soverosa no seu túmulo, assim como Sancha Afonso, uma das filhas de Teresa Gil de Soverosa.

O cenóbio onde muitos aristocratas se enterravam fazia parte de uma identidade familiar. Muitos sepultavam-se nos mosteiros fundados pelas suas famílias, e outros criavam panteões familiares em lugares distintos. No caso dos Soverosa, não existe um local específico, pois encontram-se espalhados por vários locais: Alda e Urraca Vasques de Soverosa fizeram-se sepultar em Santo Tirso; Dordia Gil sepultou-se em Arouca; Gil Vasques II descansa no Mosteiro de Salzedas, junto da sua mãe, Fruilhe Fernandes de Riba de Vizela; e Martim Anes foi sepultado no Mosteiro de São Domingos de Santarém, provavelmente junto do pai, João Gil.

Retomando o que se afirmou no primeiro capítulo, o sexto e último vem por fim demonstrar a imprecisão na citação de José Mattoso. Provavelmente já todo o percurso do livro tinha por intenção última comprová-la. Segundo o autor citado, *“Os de Soverosa (...) não encontraram nenhum descendente por fêmea para lhes exaltar a memória”*. Considerando-se o uso das armas pessoais como uma exaltação da memória desse grupo familiar, houve membros que não descendiam da família por via patrilinear que utilizaram o padrão das flores-de-lis nas suas armas pessoais, como os infantes leoneses ou o conde de Barcelos, o que significava que havia interesse na manutenção destas armas nos descendentes da família, com o objetivo provável de se poderem legitimar como herdeiros do seu património.

Neste capítulo, caracterizado por uma forte vertente iconográfica, a autora poderia ter integrado nas suas páginas uma maior quantidade e diversidade de imagens, sobretudo na sigilografia, dado que alguns dos selos que são referidos não têm correspondência iconográfica, como os de Constança Gil e do seu filho Martim Anes.

A autora finaliza cada um dos capítulos com uma pequena conclusão que reflete sobre a problemática do capítulo, e encerra o estudo com uma conclusão/reflexão agregadora. É uma solução editorial inteligente, pois permite seguir o raciocínio da autora por etapas, e sintetizar cada uma delas. Deste modo, repartida e sumariada, a informação é mais facilmente apreendida pelo leitor.

Os *Anexos* são muito pertinentes; num trabalho em que o valor da aliança tem uma primazia importante, não podiam deixar de se expor árvores genealógicas que demonstrassem não só a referida rede de solidariedade familiar que auxiliou os Soverosas no seu momento de crise, mas que permitissem também uma sintetização da

informação relativa à ascendência de Fernão Peres Cativo, proposta nos primeiros capítulos da obra.

Por fim, os *Índices*, sobretudo o onomástico, são muito relevantes, pois permitem uma consulta mais rápida da obra a respeito de um assunto mais específico. No entanto, a confusão antroponímica referida aquando da apreciação do terceiro e quarto capítulos volta, conseqüentemente, a refletir-se aqui: todas as referências a Gonçalo Mendes e Mem Gonçalves de Sousa encontram-se amalgamadas sob estes nomes, sem distinção entre o I e o II.

Em conclusão, e apesar dos pequenos lapsos encontrados, a obra é de excelente calibre e de facto pioneira, uma vez que se compromete a estudar a fundo o percurso de uma família, nunca a perdendo de vista e seguindo-a de cidade em cidade, de província em província, e de reino em reino, oferecendo uma perspetiva muito mais ampla e completa deste mesmo percurso. A autora conta a história da família de Soverosa, uma história que se compõe de muitas vidas, algumas mais conturbadas que outras, mas relembra que todas e cada uma delas deram, em algum momento, o seu contributo para os destinos do grupo, sempre com a intenção de aumentar o seu poder nas vertentes política, fundiária, cultural, militar ou religiosa.

*Miguel Rodrigues*  
(Investigador MELE-IF-FLUP)